



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11641 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

**PERSPECTIVA DE GÊNERO EM EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES ENTRE PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL**  
Merilin Baldan - UFMT/Campus de Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso

**PERSPECTIVA DE GÊNERO EM EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES ENTRE PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL**

### **Introdução**

O presente trabalho tem como temática a perspectiva de gênero em educação, tendo como objeto as representações de gênero de professores em exercício da rede pública municipal de educação, da região sudeste de Mato Grosso.

A problemática da investigação está na compreensão das representações em torno do gênero pelos professores, em especial, dada a censura a chamada “ideologia de gênero” na escola promovida pela ala (neo)conservadora. Afinal, o que pensam os professores a respeito da perspectiva de gênero? De que modo os professores têm desenvolvido o trabalho educativo nesta perspectiva? Quais têm sido os receios e denegação de articular a perspectiva de gênero na prática pedagógica?

Desse modo, o objetivo geral é identificar as representações de gênero por professores da educação básica municipal da região sudoeste de Mato Grosso. Como objetivos específicos, foram delineados: Compreender a importância da perspectiva de gênero em educação. Reconhecer as representações e sentidos atribuídos à perspectiva de gênero por professores da educação básica. Refletir a emergência dos discursos e urgências do tratamento de gênero em educação.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, foi realizada junto ao curso de capacitação de professores, na modalidade de educação a distância, no módulo Educação, Inclusão e

Diversidade. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário eletrônico, tendo sido escolhida a Análise de Conteúdo (Bardin, 2015) como técnica de análise.

Aceitaram participar da pesquisa 153 participantes, em sua maioria mulheres e pedagogas, com atuação inicial e experiente em educação. Para esta comunicação, tratamos uma questão do questionário que tinha como foco o tratamento da questão de gênero pelas professoras da educação básica na rede municipal. Neste trabalho são apresentados os resultados parciais da pesquisa.

## **Gênero e Educação**

A temática gênero e educação não é uma novidade no campo das ciências humanas e sociais, a sua discussão é permeada por polêmicas, em especial, dada às questões de ordem (neo)conservadora e religiosa do passado e do presente.

É importante destacar, todavia, que a própria construção desta temática tem sido construída socialmente, como nos lembra Louro (2014). Da constituição do(s) movimento(s) feminista(s) aos estudos da(as) mulher(es), os estudos culturais, os estudos queer tem demonstrado a construção do social do gênero e da sexualidade, ultrapassando a visão biológica de sua constituição. Do mesmo modo, a discussão da identidade, a partir destes estudos, têm sido compreendidas de modo plurais, provisórias e, quiçá, contraditórias, haja vista que somos atravessados/interseccionados por diferentes marcadores sociais da diferença.

Não por acaso, as relações de gênero têm sido relacionadas ao exercício do poder por meio de diferentes dispositivos e estratégias e, por conseguinte, gerado distintos efeitos (dominação, resistência, subversão) (LOURO, 2014; AUAD, 2018). De tal modo, as relações de poder sobre os marcadores sociais da diferença irão produzir desigualdades.

É salutar, ainda, observar que a escola, a partir da modernidade, transforma-se num espaço formativo privilegiado e, portanto, chamado a atenção da Igreja, do Estado e da Família (LOURO, 2014), seja para controlar os corpos e as almas seja para produzir as distinções e diferenças (LOURO, 2014; AUAD, 2018); além de ganhar a centralidade nos discursos reacionários da chamada “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2019).

Desse modo, Louro (2014) ressalta que a escola é o espaço que, ao mesmo tempo, produz as diferenças de gênero e é por ela constituída, implícita ou explicitamente, por meio de uma aprendizagem eficaz e sutil, ainda que seja possível resistências e subversões. Tal aprendizagem se dá desde a sua arquitetura à organização escolar, do seu currículo às práticas pedagógicas, da linguagem ao silenciamento, da construção da cisheteronormatividade à negação do “outro”, das representações dos agentes escolares e das imagens presentes nos muros, murais, livros didáticos e paradidáticos, inclusive, na mais rotineira das ações cotidianas (DINIZ, 2008; LOURO, 2014; AUAD, 2018).

## Representações de gênero: dialogando com os dados

Levando em consideração o nosso interesse em (re)conhecer a mobilização ou não dos professores da educação básica em relação ao tratamento de gênero na escola, nos colocamos, também, no momento de crítica e autocrítica. Em outras palavras:

Para tal, fizemos o recorte em uma das questões do questionário aplicado junto aos professores da formação continuada da região sudeste de Mato Grosso referente ao tratamento ou não de gênero em sua atuação e, em caso negativo, quais eram os motivos para a denegação do tratamento. Neste sentido, excetuando 4 participantes que não responderam a questão, obtivemos um percentual de 54,4% que sinalizam o trabalho com a perspectiva de gênero, seguido por 21,5% que apontam o trabalho parcial com a perspectiva de gênero e 24,2% que informaram não trabalhar com gênero. Das seis categorias identificadas, trazemos para a discussão duas delas, Infância e Gênero e Censura e Autocensura na discussão de Gênero e Sexualidade.

A partir da categoria Infância e Gênero, pode-se observar que a maioria das professoras leva em consideração a faixa etária das crianças, suas fases de desenvolvimento e (pre)conceitos para adotar ou não a perspectiva de gênero em seu trabalho educativo com os bebês e as crianças. Neste sentido, os indicadores revelam os sentidos atribuídos à infância e a perspectiva de gênero entre as professoras da rede pública municipal.

Entre as professoras que sinalizaram a adoção da perspectiva, há os indicadores da forma de tratamento do conteúdo dado o desenvolvimento e a idade, chamando a atenção para uma abordagem “lúdica” e/ou “superficial”.

Já entre as professoras que apontaram a parcialidade e a negação da abordagem de gênero no trabalho educativo, observa-se os sentidos atribuídos à infância e ao gênero como algo desnecessário e/ou impróprio aos bebês e às crianças.

É importante compreender, no entanto, que a não abordagem, ou melhor, a sua não explicitação, não significa que as crianças estejam alheias à construção das identidades de gênero e de sexualidade, pelos mais diferentes dispositivos presentes em seu universo simbólico, material e cultural.

Corsino e Auad (2012) asseveram que a escola, educam os corpos, os comportamentos, os sentimentos de meninos e meninas segundo as expectativas de gênero. Tal educação ocorre dentro do padrão de referência da heteronormatividade, do que é definido como masculino, homem - menino, e como feminino, mulher - menina; evitando-se o contato e a sugestão com o “desvio” (LOURO, 2014).

A categoria Censura e Autocensura na discussão de gênero e sexualidade foi

localizada, em maior ou menor proporção, nas respostas das professoras a fim de explicar os motivos da adoção ou não da perspectiva de gênero. Os indicadores, em ordem de maior frequência para a menor, foram: tema polêmico, família e outros agentes, política curricular.

Dentro deste pressuposto, podemos observar os efeitos dos discursos presentes na esfera política adentrando as políticas públicas educacionais e as práticas educativas, bem como nas esferas da vida privada. Nesse sentido, vemos as distorções discursivas corroboram para as más compreensões e meandros no desenvolvimento da prática educativa, como o excerto a seguir nos revela: “a questão de gênero é mais complicada, tenho tentado trabalhar de maneira a não parecer que estou tentando ensinar as crianças a “mudar” seu comportamento sexual (não sei se posso dizer assim).” (Pedagoga. Professor Experiente. 2020).

As distorções geradas podem ser explicadas pelos mitos sobre a sexualidade não heteronormativa (LOURO, 2014), isto é, a ideia de que a menção às sexualidades não normativas serve como convite ou despertem desejos/prazeres e, conseqüentemente, servindo ao mesmo tempo para negar sexualidades que não se enquadrem na heteronormatividade.

Por um lado, foi possível verificar a preocupação da abordagem da perspectiva de gênero e as suas reverberações na família e entre os pares, num movimento de autocensura ou estado de alerta. Neste sentido, o excerto de uma das participantes é bastante elucidativo dessa questão, como podemos visualizar: “Não falo diretamente, mas brinco de faz de conta, durante as dramatizações, até porque são assuntos que saem da escola e vão parar nos lares, então tenho que tomar cuidado de como a criança contará isso em casa”. (Pedagoga. Professora Iniciante. 2020)

Nestes aspectos, para além da sensibilidade à perspectiva de gênero, o estudo e a discussão da questão de gênero, o compromisso com uma educação democrática, não sexista, antirracista, inclusiva, etc. e, também, reconhecer os que reagirão à prática emancipatória e os parceiros (LOURO, 2014).

Destacamos a brincadeira como eixo formativo da educação infantil, como destacado no excerto acima, como uma possibilidade de tratamento da perspectiva de gênero. As brincadeiras, os brinquedos e os jogos podem servir tanto para a diferenciação hierárquica de meninas e meninos quanto permitir problematizações e construções alternativas e plurais do feminino e do masculino (LOURO, 2014; AUAD, 2018).

Por outro lado, a adoção ou contribuição à censura, deixando de tratar a questão de gênero alegando se tratar de um conteúdo de responsabilidade da família e/ou de ordem pessoal do indivíduo. Neste caso, exemplificamos, com o excerto: “(...) por enquanto é um tema muito polêmico e primeiro precisa ser discutido com os pais antes de trabalhar com as crianças. (Pedagoga. Professora Experiente. 2020).

Lembramos que o silenciamento quanto a sexualidade infantil não significa que ela

não seja normatizada, vigiada e censurada pelas escolhas morais e religiosas das famílias. Ainda que haja resistência e transgressões à norma, a violência física e simbólica nos coloca uma tarefa urgente.

Observamos, ainda, algumas falas que atribuíram à política curricular, a regulamentação da abordagem ou não de gênero na escola levando a sua incorporação ou não a prática pedagógica. Tal indicação nos remete à reflexão de que tais documentos, embora possam apresentar discursos aparentemente progressistas, estão mais alinhados à uma visão mais tradicional ou moralmente aceita de sexualidade, pois trata-se de uma temática cercada de “tabus” (VIANNA, UNBEHAUN, 2006; LOURO, 2014).

### **Considerações**

Pudemos notar que as representações da perspectiva de gênero entre as professoras da rede pública municipal, do sudeste do Mato Grosso, revelam a importância da inclusão da discussão de gênero e sexualidade na formação inicial e continuada de professores, assim como a necessidade do tratamento da perspectiva de gênero de modo intencional desde a educação infantil.

É fundamental que possamos refletir e construir uma pedagogia crítica emancipatória, levando em consideração a perspectiva de gênero, a fim de construirmos uma educação democrática, antissexista, antirracista, inclusiva, etc.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Educação. Representação Social.

### **REFERÊNCIAS**

AUAD, Daniela. Educação de meninas e meninos: relações de gênero na escola. SP: Contexto, 2018.

BALDAN, Merilin. Do Programa Escola Sem Partido como apanágio do “ódio à democracia” ou como projetos neoconservadores e liberais negam a educação para todos. *Fênix - Revista De História E Estudos Culturais* 14(1). Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/577> (Acesso em: 06/07/2022)

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. SP: Edições 70, 2016.

CORSINO, Luciano N.; AUAD, Daniela. **PROFESSOR DIANTE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA educação física escolar**. SP: Cortez, 2012.

DINIZ, Nilson M. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. **EDUCAÇÃO E Sociedade**. V.29. n. 103. Maio/Ago. 2008.

JUNQUEIRA, Rogério D. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. IN: CÁSSIO, Fernando (ORG). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. SP: Boitempo, 2019.

LOURO, Guacira. **GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

VIANNA, Claudia; UNBENHAUM, Sandra. Gênero na Educação Básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação e Sociedade**. 27 (95) Ago. 2006.